

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR no Brasil só alcança 20% dos adultos, aponta estudo..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sob críticas, Zona Franca tem menor geração de emprego..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado do Auxílio gera R\$ 5 bi em empréstimos..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Fila 'virtual' do INSS já tem mais de 5 milhões, calcula equipe de transição..... 7

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto de lei cria previdência para deputados, para garantir renda mensal de R\$ 21 mil
..... 8

PORTAL R7 - NACIONAL - SÃO PAULO
SEGURIDADE SOCIAL

PF pega estagiário do INSS que fraudava empréstimos e criava dívida para aposentados em SP
..... 10

PORTAL R7 - NACIONAL - RENDA EXTRA
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo para servidor fazer migração de regime previdenciário acaba no próximo dia 30
..... 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Juizes federais voltam a ganhar aumento automático..... 14

O GLOBO - RJ - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Nos EUA, armas viram presença frequente em protestos da direita..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Banco Mundial vai entregar a Lula proposta de agenda econômica..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pragmáticos, governadores alinhados a Bolsonaro já acenam ao novo governo..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula quer conselho econômico na Presidência..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PL dos agrotóxicos na pauta de comissão..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC deixa Bolsa-Família fora do teto por 4 anos	22
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Especialistas preveem elevação da dívida	24
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Risco para a economia é a China ter uma saída descontrolada da covid	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Negociação aberta para PEC de R\$ 198 bi extrateto	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Pacheco quer votar quinquênio	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Hora e a vez da âncora previdenciária - RAUL VELLOSO	29
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Juros bancários nas alturas	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Inadimplência atinge nível mais alto em quase quatro anos	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê risco com PEC e volta a elevar projeção de inflação para 2023	34
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Novo ministro da Fazenda precisará ter tarimba política (Editorial)	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Famílias já destinam quase 30% da renda para pagar dívidas	37

IR no Brasil só alcança 20% dos adultos, aponta estudo

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Com um sistema tributário complexo, o Brasil se tornou um raro exemplo de País com a grande maioria da população isenta do pagamento de Imposto de Renda (IR). Um levantamento do Centro de Lideranças Públicas (CLP) mostra que apenas 20% dos brasileiros adultos pagam o tributo. O cenário é diferente do observado nas economias mais ricas do mundo. Na França e na Alemanha, por exemplo, 90% dos habitantes são tributados.

A distorção apontada pelo estudo pode aumentar ainda mais se a proposta de campanha do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), for adiante. Na disputa eleitoral deste ano, o petista prometeu aumentar a faixa de isenção dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 5 mil. Se a mudança vingar, só 5% dos brasileiros pagariam IR.

Pelo mundo, há diferentes fórmulas de aplicação do IR, conforme o levantamento do CLP. Há países que cobram de toda a população adulta, como é o caso de Estônia e República Tcheca. Nos EUA, 10% dos adultos pagam uma alíquota mínima de 10%. A fórmula do Brasil é parecida com a do Chile, onde a isenção de IR vale para 80% dos chilenos adultos.

"Quando eu falo em pagar Imposto de Renda, não quero que aumente a carga tributária. É compensar com outro tributo.

Há um número considerável de países em que não há isenção", afirma Daniel Duque, gerente de inteligência técnica do CLP e responsável pelo estudo. "Mas, no Brasil ou na América Latina, fazer com que toda a população pague o imposto seria difícil porque há uma informalidade grande.

É difícil captar o rendimento da população mais pobre." Ao longo dos anos, o Brasil construiu um arcabouço complexo e com base numa tributação maior sobre o consumo do que sobre a renda, o que torna o sistema do País pouco progressivo.

Na prática, isso contribui para manter a economia brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

DEFASAGEM.

A última mudança na tabela do IR ocorreu em 2015, ainda na administração de Dilma Rousseff (PT). No ano passado, o governo Jair Bolsonaro (PL) enviou uma proposta de correção, elevando a faixa de isenção para R\$ 2,5 mil hoje equivalente a R\$ 2,7 mil.

Ela foi aprovada na Câmara, mas não avançou no Senado.

De 1996 a outubro deste ano, a defasagem acumulada na faixa de isenção da tabela de Imposto de Renda é de 143,47% em relação à **inflação**, de acordo com o Sindifisco Nacional, o sindicato que reúne os auditores da **Receita Federal**. Se a correção tivesse sido feita, os **brasileiros que ganham até R\$ 4.635,69 não pagariam o imposto**.

Para Duque, os governos deixam "a **inflação** comer as faixas do IR para aumentar a base tributária".

"Isso é negativo, porque é uma medida pouco transparente", concluiu Duque.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

POUCO TRIBUTADO

Estudo mostra que 80%
dos adultos não pagam IR
no Brasil

Fatia da população isenta em cada país

EM PORCENTAGEM



FONTE: CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA /
INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Sob críticas, Zona Franca tem menor geração de emprego

Guilherme Pimenta De Manaus

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Consignado do Auxílio gera R\$ 5 bi em empréstimos

Os empréstimos consignados para quem recebe o Auxílio Brasil, programa de transferência de renda, chegaram a R\$ 5 bilhões em outubro, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O levantamento abrange desde outubro, quando o dinheiro começou a ser repassado aos cadastrados no antigo Bolsa Família.

Em razão da possibilidade de obtenção de crédito a partir da linha criada para atender quem recebe o benefício, os bancos registraram uma alta de 328,6% na concessão de empréstimos consignados em outubro, conforme o BC.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha, os desembolsos de consignado privado saltaram de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 6,7 bilhões em um mês. A alta das concessões foi acompanhada da alta dos juros.

Segundo Rocha, a taxa do consignado privado subiu de 37,5% para 45,6% em outubro, maior taxa da série histórica.

O consignado do Auxílio tem juro de 3,45% ao mês, beirando o limite de 3,5% estabelecido pelo Ministério da Cidadania. A prestação máxima é de 40% do valor do Auxílio Brasil; e a parcela mínima, R\$ 15. A duração do empréstimo é de até 24 meses.

O teto de 3,50% ao ano é maior do que o cobrado pelos bancos pelo consignado do **INSS**: 2,14%. Além disso, segundo os dados do BC, está acima da taxa, em média, de vários tipos de consignado: para trabalhadores do setor privado (2,61%), para trabalhadores do setor público (1,70%), para aposentados e pensionistas do **INSS** (1,97%) e consignado pessoal total (1,85%).

A Caixa foi um dos 12 bancos credenciados para operar a linha, e o único entre os cinco maiores do País. O banco público lançou a linha oficialmente no dia 11 de outubro, depois do primeiro turno das eleições. A modalidade foi classificada por analistas como eleitoreira e com grande potencial de ampliação do endividamento.

Rocha disse que o avanço do consignado dos beneficiários do Auxílio Brasil considera os empréstimos feitos pela Caixa e por outras instituições

financeiras.

Entretanto, ele não detalhou quantos bancos estão oferecendo a linha.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Consignado do Auxílio gera R\$ 5 bi em empréstimos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fila 'virtual' do INSS já tem mais de 5 milhões, calcula equipe de transição

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Projeto de lei cria previdência para deputados, para garantir renda mensal de R\$ 21 mil

Por Luiz Ernesto Magalhães - Rio de Janeiro

A Assembleia Legislativa (Alerj) do Rio começa a discutir hoje um projeto da Mesa Diretora que cria uma **previdência complementar** para os deputados, com o Parlamento pagando parte da conta. De acordo com o texto, ao se aposentar, o político que tiver aderido ao plano voluntariamente poderá ganhar um complemento ao teto da **Previdência Social** (hoje de R\$ 7.082,22) a que continuará a ter direito.

A ideia é que, com os valores do **INSS** e da nova previdência somados, o deputado assegure uma renda mensal de até R\$ 21.523,91, o que é equivalente a 85% do salário pago a quem está na ativa - 25.322,25. A medida triplicaria a aposentadoria de um deputado.

Muitas brechas

O projeto é cercado de dúvidas. Entre as questões apontadas pelos deputados Flávio Serafini (PSOL) e Luiz Paulo (PSD) está a indefinição de quanto a Alerj gastará de recursos próprios para bancar o benefício. O texto deixa para a Mesa Diretora fixar os valores que serão cobrados tanto do parlamentar quanto dos fundos da Assembleia para as contas fecharem. Um dos artigos do projeto prevê que o plano de custeio só será regulamentado 90 dias após a aprovação da lei.

Os primeiros artigos indicam que, para ter direito ao benefício, o político deve ter pelo menos cinco mandatos, no mínimo 60 anos e seguir as regras de tempo de contribuição da aposentadoria do **INSS**. Mas o texto tem brechas que permitem ao político ganhar o benefício proporcional ao seu tempo de contribuição ou até de forma integral, se pagar parcelas complementares para ter direito ao teto.

- Pelo que o texto propõe, isso é tipo "um trem da alegria previdenciário". Um dos pontos é que ex-deputados já aposentados poderiam aderir ao plano. Quais as regras e o custo disso? Não se sabe - disse Serafini.

Luiz Paulo acrescentou:

- O texto terá emendas. Não é possível votar esse

projeto sem saber de quanto será esse custo.

Outro artigo permite que, para efeitos de cálculos, o político poderá somar o tempo em que atuou em outros cargos eletivos, como mandatos de prefeito, vereador e deputado federal. Em caso de morte, o viúvo ou viúva e os filhos de até 21 anos terão direito ao benefício, mas recebendo um valor menor - de até R\$ 18.991,68.

Especialista em previdência, o economista Paulo Tafner disse que vários pontos da proposta diferem dos de planos tradicionais:

- Os planos, em geral, estabelecem alíquotas de contribuição de até 8,5%. Pelo texto, não dá para saber qual seria a participação da Alerj. E geralmente planos de **previdência complementar** não definem previamente quanto o beneficiado vai receber. Isso depende de uma série de fatores, como o volume de recursos recebidos dos participantes.

Especialista no Plano de Recuperação Fiscal - que permite ao estado escalonar o pagamento de suas dívidas com a União, o economista Andre Luiz Marques, coordenador executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, observa que a proposta da Alerj pode ferir as regras de austeridade acordadas com o governo federal:

- Essa é uma despesa não prevista no acordo. Não há detalhes sobre a origem dos recursos nem se alguma medida de economia será adotada para compensar as novas despesas.

Os deputados não contam com aposentadoria com regras próprias desde 1997 quando o benefício foi extinto para os novos parlamentares. Desde então, os novos recebem dentro do regime do **INSS**. Ex-deputados e ex-governadores, porém, mantiveram o direito diferenciado.

'Haverá regras'

O atual presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), diz que o novo complemento é legal e que difere do modelo antigo por seguir regras de **previdência**

complementar. O projeto, argumenta ele, foi inspirado em uma lei da Assembleia Legislativa do Parana de 2009, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF):

- A proposta é ter um regime de **previdência complementar** como já existe em vários níveis de governo. Haverá regras de contribuição que vão ser definidas pelos estados.

Autor de emenda que extinguiu a aposentadoria especial, o deputado Carlos Minc (PSB) diz que a Alerj está na contramão do país, onde está cada vez mais difícil se aposentar:

- Não concordamos que sejam incluídas a contagem de prazo de outros mandatos e a adesão ao sistema a qualquer tempo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/11/projeto-de-lei-cria-previdencia-para-deputados-para-garantir-renda-mensal-de-r-21-mil.ghtml>

PF pega estagiário do INSS que fraudava empréstimos e criava dívida para aposentados em SP

São Paulo

*/
Do R7*

A PF (Polícia Federal) iniciou uma operação, na manhã desta terça-feira (29), em São José do Rio Preto (SP), para pegar um estagiário do **INSS** que desbloqueava contas de aposentados e atrelava empréstimos consignados sem o conhecimento dos beneficiários.

Com isso, os idosos passavam a dever para bancos e outras instituições de crédito sem mesmo ter conhecimento.

Além do estagiário, outros três funcionários de uma instituição financeira da cidade paulista faziam parte do esquema. A Operação Bloqueio cumpriu cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara da Justiça Federal de São José do Rio Preto/SP.

Para fraudar os empréstimos, o estagiário usava a senha pessoal dele no **INSS**. Em seguida, desbloqueava contas de aposentados e inseria, de forma fraudulenta, as dívidas. Assim, os aposentados passavam a dever o dinheiro para instituições financeiras. Em troca, o estagiário recebia um pagamento da outra parte da quadrilha.

A investigação contou com reforço da CGINT (Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista) do MTP (Ministério do Trabalho e Previdência).

O nome da operação - "Bloqueio" - se deve à ação da PF para conter a ação de desbloqueio das contas de aposentados e pensionistas.

Os envolvidos deverão responder por crimes como invasão de dispositivo informático, corrupção passiva e ativa e formação de quadrilha. As penas variam de 1 a 12 anos de prisão.

Site: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/pf-pega-estagiario->

***do-inss-que-fraudava-emprestimos-e-criava-divida-para-
aposentados-no-interior-de-sp-29112022***

Prazo para servidor fazer migração de regime previdenciário acaba no próximo dia 30

Renda Extra

/
Do R7

Servidores federais do Poder Executivo contratados até o dia 3 de fevereiro de 2013, e os do Poder Legislativo admitidos até 6 de maio do mesmo ano têm até a próxima quarta-feira (30) para migrar para o RPC (Regime de **Previdência Complementar**), se assim desejarem. A abertura do prazo de pouco mais de seis meses para optar pela migração foi definida por meio da Medida Provisória nº 1.119/2022, publicada no DOU (Diário Oficial da União) de 26 de maio.

As pessoas que começam a trabalhar no serviço público antes das datas já mencionadas tinham contrato regido pelo RPPS (Regime Próprio de **Previdência Social**), que previa aposentadoria com o salário integral ou com a média de 100% das contribuições do servidor aos regimes de previdência aos quais esteve vinculado. A primeira situação é válida para quem se tornou servidor antes de 2003, e a segunda, para quem iniciou no serviço federal após esse ano.

A mudança de regime altera as contribuições mensais que o servidor faz à Previdência, assim como o valores da aposentadoria e de outros benefícios. Com a migração, o segurado passa a ter direitos iguais aos dos funcionários públicos federais contratados depois de fevereiro de 2013, que têm os pagamentos de benefícios previdenciários limitados ao teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que hoje é de R\$ 7.087,22. O sistema é semelhante ao dos trabalhadores contratados conforme a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

"A migração tem impacto no salário imediatamente, e também na aposentadoria e nos benefícios de invalidez e morte. Por isso, é preciso fazer uma análise completa e um planejamento, não só da aposentadoria, mas de toda a vida financeira", ensina Cícero Dias, diretor de seguridade da Funpresp (Fundação de **Previdência Complementar** do

Servidor Público da União).

Ele diz que esse impacto nos vencimentos mensais pode ser positivo para o servidor. "Quem ainda não migrou, contribui para a **previdência social** sobre o salário, mas quando migra, passa a contribuir sobre o teto. Então, quem tem um salário de R\$ 20 mil, por exemplo, contribui hoje para a previdência sobre esse valor, mas se migrar, vai contribuir sobre R\$ 7.000. Então, de cara, essa pessoa vai ter um ganho salarial. Só que também é preciso considerar os reflexos que a decisão pode ter na aposentadoria e nos benefícios de risco", alerta.

Os servidores contratados após 3 de fevereiro e 6 de maio de 2013 já são enquadrados no novo regime (que estabelece o teto) e participam automaticamente do RPC, que funciona como uma previdência privada, administrada pela Funpresp. O diferencial é que, por ser um programa do governo federal, o servidor tem direito a uma contrapartida de mais R\$ 1, depositado pelo órgão onde trabalha, a cada R\$ 1 que paga como contribuição. Tudo o que for pago ao longo dos anos do exercício na função pública será revertido em aposentadoria, complementando os valores recebidos pelo regime próprio, inclusive em casos de invalidez e morte.

Migrar de regime é uma decisão irreversível, que não poderá ser alterada. Por isso, o servidor precisa avaliar com cuidado as informações de sua história profissional e suas expectativas para o futuro antes de decidir. "Cada pessoa tem uma situação de vida diferente, pode ter tempo fora [do serviço público], que não conta. Para saber qual regime oferece mais vantagens, é preciso analisar caso a caso, porque vai depender muito do gênero, do tempo de serviço, do tempo de contribuição no serviço público, da remuneração", fala Dias.

A orientação para os servidores é que, antes de tomar uma decisão, façam suas contas. "Embora pareça que quem entrou antes não teria vantagem com a migração, há casos em que isso acontece", conta o diretor da Funpresp. Isso porque, além do valor da aposentadoria ficar limitado ao teto estabelecido pelo **INSS**, a ele é acrescido o BE (Benefício Especial), que

é calculado individualmente.

"Para algumas pessoas, a soma do Benefício Especial com o teto é maior do que o salário de hoje, por exemplo. Auxiliamos um servidor que estava para se aposentar e decidiu migrar, porque o cálculo apontou essa vantagem, e o cara disse que o que ele conseguisse juntar com a **previdência complementar** seria lucro."

Dias explica que o BE é calculado a partir da média das contribuições feitas para a previdência pública, da qual é subtraído o valor do teto do **INSS** (R\$ 7.087,22). Depois, sobre essa diferença é aplicada uma proporcionalidade, que considera o número de contribuições que o servidor fez até o instante da migração, e quantas contribuições ele precisaria ter ao todo.

"É preciso fazer esse cálculo, comparar os dois regimes, e a Funpresp está à disposição para isso. A gente tem um simulador no nosso site, para ser usado por quem quiser, e temos assessores previdenciários no Brasil inteiro, que prestam esse serviço, para que o servidor consiga ter certeza de sua decisão, porque ela é irrevogável e irretroatável, de acordo com a lei, e deve ser uma decisão familiar", falou o diretor.

Na página do Sigep (Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal) também está disponível a funcionalidade "Simular Benefício Especial". É nesse mesmo endereço que o servidor que optar pela migração de regime previdenciário deve realizá-la.

Nesses últimos dias do prazo para a migração, a Funpresp está com atendimento em esquema de mutirão, tanto presencial como on-line. O número de telefone para fazer agendamento é: 0800-282-6794, das 9h às 18h.

"As pessoas costumam deixar para a última hora, e a gente sabe que os sites podem ficar sobrecarregados, com uma avalanche de pedidos. Então, sempre existe o risco de passar o prazo. A gente tem alertado as pessoas para que façam as contas o quanto antes, para evitar esse tipo de problema, mas nas outras duas vezes em que foi aberta a oportunidade de migração, 90% dos servidores migraram na última semana", comenta Dias.

Para finalizar, ele esclarece que migrar de regime e aderir à Funpresp são coisas diferentes: "a migração é na previdência pública, na **previdência social** do servidor. Quem quiser migrar, tem que fazer isso no Portal do Servidor, e depois precisa aderir à Funpresp, para ter direito à contrapartida da União na conta da previdência privada dele. É preciso fazer os dois procedimentos."

Site: <http://renda-extra.r7.com/prazo-para-servidor-fazer-migracao-de-regime-previdenciario-acaba-no-proximo-dia-30-29112022>

Juizes federais voltam a ganhar aumento automático

GUILHERME CAETANO
guilherme.caetano@sp.oglobo.com.br sAomulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nos EUA, armas viram presença frequente em protestos da direita

MIKE MCINTIRE Do New York Times NOVA YORK

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Banco Mundial vai entregar a Lula proposta de agenda econômica

Fábio Pupo

O Banco Mundial prepara um documento a ser entregue ao PT contendo uma lista de medidas econômicas que considera fundamentais para o país seguir uma trajetória de crescimento sustentável nos próximos anos.

A instituição defende que a equipe econômica de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), independentemente dos nomes escolhidos, implemente reformas e outras medidas para criar um ambiente de disciplina nas contas públicas, aumentar a produtividade no país e transformar o Brasil em um líder em políticas verdes.

Johannes Zutt, novo diretor do Banco Mundial para o Brasil, afirma que as medidas são ainda mais necessárias diante do cenário de desaceleração global em 2023 e da necessidade do país de manter políticas sociais.

"Só é possível ter uma rede de proteção social para proteger os mais pobres se a economia estiver gerando o crescimento necessário para pagar por isso no médio e longo prazo", afirma Zutt à Folha em sua primeira entrevista no cargo.

Para ele, os quase R\$ 200 bilhões sendo negociados com o Congresso para serem executados fora do teto de gastos por meio da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição não são grande um problema -desde que haja comprometimento com uma regra fiscal crível a ser seguida nos anos seguintes.

O documento, em fase de conclusão, destacará a necessidade de ajustes nas contas públicas em diferentes frentes. Na lista de recomendações, a contenção de salários no setor público, a revisão de políticas assistenciais sobrepostas, um redesenho do sistema tributário e a obediência a uma âncora fiscal crível.

"Há oportunidades para tornar os gastos mais eficientes na administração pública, na reforma previdenciária de estados e municípios, nas muitas isenções fiscais e nos próprios programas de proteção social onde há fragmentação e duplicação", afirma o executivo. "Para equilibrar receitas e despesas, não podemos simplesmente continuar adiando isso", diz.

O receituário é acompanhado pela constatação do banco de que o Brasil encerrou 2021 com um nível de endividamento acima de pares. Economias emergentes de renda média têm dívida bruta que representa em torno de 72% do PIB, segundo a instituição, enquanto o Brasil registra 80% -percentual que pode crescer ainda mais com os gastos extras em negociação pelo governo eleito. Dentre os pares internacionais analisados pelo Banco Mundial, apenas a Índia está acima disso (84%).

O desafio se torna ainda maior no longo prazo, já que as mudanças demográficas em curso vão tornar a população cada vez mais velha -o que gera mais pressões no sistema previdenciário e nos serviços públicos.

"As reformas permitirão que o Brasil se posicione a médio e longo prazo de forma que esses gastos sociais possam continuar em níveis adequados. Sem isso, o país acabará com uma conta muito desequilibrada e com um ajuste desordenado a ser feito no futuro de forma dolorosa para todos", afirma Zutt.

Além da racionalização dos gastos, o Banco Mundial propõe que o país se volte a medidas para aumentar a produtividade de forma a impulsionar a economia. O Brasil cresceu apenas 0,53% per capita anualmente entre 2010 e 2021, diz o banco, enquanto pares de renda média alta alcançaram 4%. Os membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 1,4%.

O desemprego e a informalidade permaneceram altos durante o período e a renda das famílias brasileiras caiu, aumentando a dependência das famílias brasileiras de transferências sociais. Para o banco, o foco das políticas continua sendo esses programas não só como uma forma de proteger os pobres, mas como uma muleta em meio a uma economia em crise.

Para reduzir a dependência das transferências, o banco recomenda modernizar a infraestrutura, reduzir o Custo Brasil e ampliar a abertura comercial, além de aumentar a inovação e a absorção de tecnologia.

"O Brasil não investe o suficiente para manter sua infraestrutura, que está se deteriorando. Portanto, você também precisa criar espaço para aumentar os

gastos agora. E nem tudo precisa ser gasto público. Há muito espaço para gastos privados também", afirma ele, que defende a simplificação do sistema de **impostos**.

Além disso, a instituição sugere iniciativas verdes, conter o desmatamento, avançar na transição para uma economia com emissões neutras de gases estufa e aumentar o papel da precificação do carbono.

Apesar de sinalizações do governo eleito fazerem o mercado questionar a busca por medidas como as sugeridas pelo Banco Mundial, principalmente na área fiscal, representantes do PT têm afirmado que ao menos parte dessa agenda está nos primeiros planos do mandato.

Fernando Haddad, cotado como futuro ministro da Fazenda de Lula, afirmou em evento promovido pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) na última sexta-feira (25), por exemplo, que a **reforma tributária** e a melhora na qualidade dos gastos estarão entre as prioridades em 2023.

Também integrante da equipe de transição de governo, o economista do PT Nelson Barbosa já defendeu uma reforma administrativa que busque diminuir os salários de entrada.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

10

Pragmáticos, governadores alinhados a Bolsonaro já acenam ao novo governo



Zema, de Minas, foi um dos governadores mais ativos na campanha de Bolsonaro

Cameli, do Acre, se encontrou com Lula durante a COP-27 e falou sobre estradas

Wilson Lima, do Amazonas: 'Não preciso de alinhamento político, mas de diálogo'

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Governadores aliados de Jair Bolsonaro já começaram a se aproximar do futuro governo.

Enquanto o presidente não reconhece oficialmente a derrota nas urnas, aqueles que o apoiaram na campanha tratam o resultado da eleição como fato consumado. As dificuldades para equilibrar as contas públicas fazem chefes do Executivo nos Estados recorrerem ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em busca de acordos.

Pragmáticos, eles também se posicionam contra manifestações que defendam intervenção militar.

Sob o argumento de que a relação com o Palácio do Planalto precisa ser mantida e passa pelas bancadas federais, governadores não escondem a preocupação com a redução do ICMS sobre os combustíveis, iniciativa que foi tomada por Bolsonaro durante o período eleitoral e atingiu o caixa dos Estados. Agora, eles vão pedir ajuda a Lula. O assunto é tratado como prioritário e emergencial.

Na prática, quem esteve ao lado de Bolsonaro na disputa evita tanto incentivar o questionamento ao resultado das urnas como fazer críticas ao presidente. O objetivo é afastar qualquer ruído no momento em que a relação com Lula vem sendo construída.

Um dos mais influentes apoiadores de Bolsonaro na campanha, o governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), admitiu interesse em se reunir com Lula para levar a ele demandas do Estado.

"Meu estilo não é o de jogar pedra e também não é o de ser um bajulador. Eu sou muito prático. O que for melhor para Minas, estaremos discutindo", afirmou

Zema ao Estadão.

A 3.875 quilômetros dali, o governador reeleito do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), tem opinião semelhante.

"Eu não preciso de alinhamento político, mas preciso de diálogo com o governo federal", afirmou Lima, outro aliado de Bolsonaro. O amazonense disse ter interrompido o contato com o presidente após o segundo turno, na tentativa de reequilibrar as contas depois da redução do imposto sobre os combustíveis. "O Estado e o governo são estruturas que caminham automaticamente. As coisas não deixam de funcionar.

Bolsonaro agora passa da situação para a oposição e isso é normal no processo democrático", disse.

FARINHA.

Na Região Norte, cinco dos sete governadores eleitos apoiaram o presidente.

Com novo mandato conquistado no Acre, Gladson Cameli (PP) também decidiu estabelecer contato com Lula. Cameli se encontrou com o presidente eleito na COP-27, no Egito.

"Em dois minutos de conversa, já pedi dinheiro e falei das BRs", afirmou o governador.

"Ele me pediu a farinha de Cruzeiro do Sul e depois da posse já vou levar." Cameli criticou os bloqueios de estradas feitos por apoiadores de Bolsonaro e pediu ao Ministério da Justiça que envie as Forças Armadas ao Estado para desobstruir os trechos interditados. Foi assim que também agiu outro aliado do presidente: o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), reeleito em outubro.

Durante a COP-27, Mendes passou o cargo temporariamente para o vice, Otaviano Pivetta, que mandou um recado aos manifestantes radicais, após a Polícia Militar ser escalada para desobstruir as estradas.

"Partiu para a baderna, a gente vai para cima com as nossas forças de segurança, como foi feito", declarou.

Coube ao governador do Distrito Federal, Ibaneis

Rocha (MDB), convocar uma reunião de seus colegas eleitos com Lula, em Brasília, no dia 7 de dezembro. O encontro, no entanto, foi adiado. Ibaneis não informou os motivos do cancelamento, mas uma nova data deve ser marcada antes da posse, em 1.º de janeiro.

Reeleito com o apoio de Bolsonaro, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), já conversou com Lula e o cumprimentou após o resultado da eleição.

Em São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que venceu a disputa para o Palácio dos Bandeirantes após ser apadrinhado por Bolsonaro - de quem foi ministro da Infraestrutura -, classificou o resultado das urnas como "soberano".

"Vamos olhar o interesse para o Estado de São Paulo", avisou o governador eleito, logo após o segundo turno, no último dia 30. "Observem que, para que a gente possa trazer políticas públicas, é fundamental o alinhamento com o governo federal."

"PREPARADO".

Um dia depois da eleição, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil) - que conquistou o segundo mandato e é visto como bolsonarista de carteirinha -, disse estar "preparado" para Lula. No Sul, os dois governadores eleitos com apoio de Bolsonaro durante a campanha - Ratinho Júnior (PSD), no Paraná, e Jorginho Mello (PL), em Santa Catarina - também já manifestaram disposição para o diálogo com Lula.

Em Florianópolis, aliados veem a situação de Jorginho como delicada, uma vez que a maioria do eleitorado critica o petista e apoia os atos de Bolsonaro.

O senador e governador eleito sinalizou, porém, que pretende participar da reunião com Lula, sem demonstrar adesão nem amizade, mas ouvindo e evitando destruir pontes.

Na prática, os governadores devem pedir ao futuro presidente que se comprometa com um novo pacto federativo.

Trata-se de uma pauta antiga, sempre posta à mesa nas trocas de governo. A **reforma tributária** é prioridade para os Estados, mas a medida só será apoiada se envolver maior divisão do dinheiro arrecadado com **impostos** entre governadores e prefeitos.

Recursos para abastecer os Estados com vacinas e medicamentos contra a covid-19, além de uma compensação financeira por perdas com a redução de **impostos** sobre a gasolina e o diesel, também

compõem a lista de pedidos a ser encaminhada por apoiadores de Bolsonaro a Lula.

"Estado e governo são estruturas que caminham automaticamente.

As coisas não deixam de funcionar." Wilson Lima (União Brasil) Governador do Amazonas

Ponto a ponto

Principais demandas dos governadores a Lula

Recursos

Compensação pela perda de arrecadação após a redução de **impostos** sobre os combustíveis

Autonomia

Reforma tributária, com unificação de **impostos** e autonomia dos Estados para cobrar o tributo

Vacinas

Distribuição de novas doses de vacinas e medicamentos contra a covid-19

Diálogo

Retomada de diálogo aberto com Estados e reuniões periódicas por meio do Fórum de Governadores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula quer conselho econômico na Presidência

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

PL dos agrotóxicos na pauta de comissão



Mariana Albuquerque* Marcos Braz*

O projeto de lei que flexibiliza regras de aprovação e comercialização de agrotóxicos tem tudo para ser votado, hoje, na Comissão de Agricultura do Senado. Chamado pelos críticos de "Pacote do Veneno", o PL propõe, entre várias alterações, que a denominação "agrotóxico" seja trocada para "pesticida"; flexibiliza exigências e prazos **impostos** pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e cria registros temporários para os defensivos agrícolas serem usados antes mesmo de serem liberados pela pasta.

Relator do PL 1.459/22 e defensor do texto, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) argumenta que estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que o Brasil ocupa a sétima posição no ranking mundial de usuários de pesticidas, atrás de Japão, Coreia do Sul, Alemanha, França, Itália e do Reino Unido. Para ele, o PL é necessário porque muitos pesticidas utilizados no Brasil estão desatualizados e têm condições de ser substituídos por produtos mais modernos.

"Hoje demora-se, em média, oito ou até 10 anos para a autorização de um novo princípio ativo. É um tempo muito longo para produtos mais modernos, seguros e eficazes entrarem no mercado. A nova lei prevê um prazo máximo de dois anos para que um novo produto seja analisado", destacou.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) posicionou-se contrariamente à possibilidade de votação na comissão. Ela lembrou que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou, na Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27), no Egito, um novo rumo para a política ambiental, que se choca com o Pacote do

Veneno.

"O Brasil se tornou pária nos últimos anos no quesito meio ambiente. O Brasil sempre esteve na cabeceira. Agora, na última COP, tivemos um reposicionamento do Brasil. Esse projeto vai trazer prejuízos muito grandes", criticou.

Retrocesso

Marina Lacôrte, porta-voz de agroecologia do Greenpeace Brasil, considera o PL um "retrocesso enorme" na legislação brasileira de agrotóxicos. Apesar de ela considerar que a "lei atual de agrotóxicos não é perfeita", ela alerta sobre a possibilidade de serem aprovados produtos com substâncias cancerígenas - que, hoje, estão proibidas de serem utilizadas nas lavouras.

Ela chama a atenção que o texto do PL só prevê proibir esse tipo de produto químico se o nível de risco for considerado "insatisfatório por permanecer inseguro ao ser humano ou ao meio ambiente". "Fica valendo aprovar esse tipo de substâncias, a não ser que apresentem um "risco inaceitável", sem definir o que é "risco inaceitável". Para a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, para vários órgãos de saúde e para o Instituto Nacional do Câncer (Inca) não existe nível seguro para o consumo dessas substâncias", salienta.

O projeto pretende, ainda, retirar o poder decisório sobre os agrotóxicos do Ministério da Agricultura e dividi-lo entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O PL propõe, também, a criação de um registro temporário para novos agrotóxicos no caso dos órgãos competentes descumprirem o prazo máximo de 24 meses para aprovação de novos registros.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

O Brasil se tornou pária nos últimos anos no quesito meio ambiente.

O Brasil sempre esteve na cabeceira. Agora, na última COP, tivemos um reposicionamento do Brasil. Esse projeto vai trazer prejuízos muito grandes" Senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), criticando a possibilidade de o PL ser votado às vésperas de uma troca de governo

PEC deixa Bolsa-Família fora do teto por 4 anos



Taísa Medeiros

Foi protocolada no Senado, no fim da tarde de ontem, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que excepcionaliza o Bolsa-Família de R\$ 600 do teto de gastos por quatro anos, incluindo R\$ 150 por criança de até 6 anos de idade. Caso seja aprovada, a PEC valerá de 2023 a 2026. O anúncio foi feito pelo relator-geral do Orçamento de 2023 e vice-líder do MDB no Senado, senador Marcelo Castro (PI), autor da proposta. "Acabo de protocolar no Senado a PEC do Bolsa-Família. Tendo em vista o pouco tempo que temos para aprovarmos a PEC e por ela ser absolutamente indispensável para a governabilidade do país no próximo ano, vamos fazer os ajustes necessários para a aprovação, durante a tramitação da proposta", informou Castro, em nota. O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), desembarcou ontem em Brasília para participar das articulações da equipe de transição. No início da tarde, ele assistiu à vitória da Seleção Brasileira sobre a Suíça na Copa do Mundo do Catar.

O senador Marcelo Castro lembrou que a PEC precisa ser aprovada até 10 de dezembro, já que no dia 16 ele deve apresentar seu relatório final do Orçamento de 2023, que tem de ser aprovado antes do fim do ano. Para ser aprovada, a PEC precisa passar em dois turnos, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. O quórum de aprovação exigido em cada uma das duas Casas é de três quintos do total de parlamentares.

O texto retira R\$ 198 bilhões do teto de gastos. Além

dos R\$ 175 bilhões estimados para bancar o Bolsa-Família, a proposta libera o governo para investir até R\$ 23 bilhões (6,5% do excesso de 2021) nos próximos anos, fora do teto de gastos, a partir do "excesso de arrecadação", ou seja, de **tributos** arrecadados acima do que estava previsto inicialmente". Também foram retiradas do teto as despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas por doações; e as despesas das universidades públicas custeadas por receitas próprias, doações ou convênios.

Marcelo Castro ressaltou que a PEC refaz o Orçamento. "E ainda recompõe o Orçamento de 2023, que está deficitário em diversas áreas imprescindíveis para o funcionamento do Brasil. Esperamos aprovar a PEC, nas duas Casas, o mais rápido possível para que possamos começar a trabalhar no relatório orçamento de 2023", disse.

O senador ficará responsável por fazer emendas que atendam as solicitações do governo eleito em relação ao espaço fiscal que será aberto no Orçamento. É que o Orçamento já contava com R\$ 105 bilhões reservados para o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400. Com a retirada da despesa do teto, parte ou todo esse valor poderá ser usado para atender demandas urgentes como reajuste da merenda escolar e recomposição do programa farmácia popular.

A PEC foi protocolada na Secretaria-Geral da Mesa do Senado. As assinaturas estão sendo incluídas pelo sistema, de forma on-line e, somente após as 27 assinaturas, receberá uma numeração. Vigente desde 2017, a regra constitucional do teto de gastos limita o crescimento das despesas públicas, exceto o pagamento de juros da dívida pública, ao crescimento da **inflação** do ano anterior.

A proposta ainda deve sofrer novas alterações durante a tramitação no Poder Legislativo. "Claro que tudo isso vai ser fruto de negociações e, quem cobre o Congresso Nacional sabe que, dificilmente, uma matéria entra no Congresso e sai da mesma maneira que entrou", ponderou Castro, pouco antes de entrar em uma reunião com Lula no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, sede do governo de transição.

Sobre o valor da proposta, o ex-ministro da Fazenda e

do Planejamento Nelson Barbosa, integrante da equipe de transição de governo na área econômica, afirmou: "Não tem valor na PEC. Tem a retirada do Bolsa-Família que, com base nos valores previstos no PLOA [Orçamento], pode ser até R\$ 175 [bilhões]. O governo eleito colocou essa proposta para avaliação do Congresso Nacional, vamos aguardar a avaliação e aí nós nos manifestamos". Ele completou: "O fato é que não há, no Orçamento para 2023, previsão para manutenção do Auxílio Brasil, ou novo Bolsa-Família, no valor atual. Então, é urgente garantir a manutenção desse valor, tem milhões de pessoas que dependem desse benefício para o seu dia a dia".

VITÓRIA DA SELEÇÃO

Lula assistiu à vitória da Seleção Brasileira sobre a Suíça, pela fase de grupos da Copa do Mundo no Catar, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). "Bom dia. Hoje tem Brasil! Acompanho o jogo em Brasília, onde hoje tenho reunião com @geraldoalckmin para seguirmos trabalhando na transição e preparação do novo governo. Uma ótima semana para todos", escreveu o petista no Twitter. O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, também viu o jogo na sede da transição. Os dois usavam camisa da Seleção Brasileira.

Após a partida, Lula postou foto com Alckmin e escreveu a mensagem: "Sexta tem mais. Vai Brasil". Na sexta-feira, a Seleção Brasileira, já classificada para a oitavas de final da Copa, enfrentará Camarões. Mais tarde, Lula publicou outra mensagem: "Hoje teve vitória do Brasil na Copa, mas os grupos da transição não pararam de trabalhar. O GT da Energia fez sua 1-reunião com a Petrobras e o de saúde realizou conversa com representantes da enfermagem".

O presidente eleito chegou a Brasília na noite de domingo, acompanhado da futura primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, e do ex-ministro Fernando Haddad, um dos cotados para assumir o Ministério da Fazenda. Depois da partida, Lula se reuniu com o presidente do MDB, deputado federal Baleia Rossi, e outras lideranças do partido, mas o tema da conversa não foi divulgado pela assessoria do petista.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/11/2022/p1>

Especialistas preveem elevação da dívida

Estevão Tair e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Risco para a economia é a China ter uma saída descontrolada da covid

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187394?page=1§ion=1>

Negociação aberta para PEC de R\$ 198 bi extrateto



TAÍSA MEDEIROSINGRID SOARES
VICTOR CORREIAVINICIUS DORIA

Com o aval do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento de 2023, protocolou, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição que prevê R\$ 198 bilhões fora do teto de gastos. Desse valor, R\$ 175 bilhões serão destinados ao pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 mais um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Pela proposta, as despesas com o programa serão excluídas das regras fiscais por quatro anos, e não mais de forma definitiva, como previa a minuta apresentada há quase duas semanas. O texto também pretende deixar fora do teto R\$ 23 bilhões para investimentos públicos. O novo governo, porém, deixa aberta a porta para negociar com o Congresso mudanças em prazos e valores.

Castro explicou que, devido à demora nas negociações da proposta, a busca por consenso ocorrerá durante a tramitação. "Nós combinamos com os líderes que daríamos entrada e, à medida que a PEC for tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vamos buscando um texto comum. Na hora que nós chegarmos a esse texto comum, o relator da PEC, então, colocará em votação na CCJ; em seguida, no plenário, e, depois, iria para a Câmara", destacou, ao chegar ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição. "O ideal é que tudo isso seja aprovado antes de 16 de dezembro, que é o prazo final para eu apresentar o meu relatório (do Orçamento) para ser aprovado na comissão e depois no plenário." Para começar a tramitar, a PEC precisa de 27 assinaturas de senadores, das quais 14 foram alcançadas até a

noite de ontem. "O ideal é que até amanhã (hoje) a gente tenha coletado todas as assinaturas. Eu sou o primeiro subscritor, para dar autoria, e depois vamos atrás das outras", disse Castro. O relator do Orçamento enfatizou, ainda, que o texto deve mudar significativamente. "Difícilmente uma matéria entra no Congresso e sai da mesma maneira que entrou. Claro que nós estamos esperando que essa PEC sofrerá modificações até a gente chegar a um consenso", frisou. A base de Lula acredita que o petista, que esteve ontem no CCBB, pode desatar os nós que travaram a proposta no Senado.

A PEC prevê R\$ 175 bilhões para o programa de transferência de renda, "sendo R\$ 70 bilhões adicionais ao previsto no projeto de Orçamento encaminhado pelo Poder Executivo", diz o texto protocolado. A peça orçamentária elaborada em agosto pelo governo de Jair Bolsonaro previa R\$ 105 bilhões para pagar o benefício no valor R\$ 405.

Além disso, a proposta retira do teto de gastos receitas extras correspondentes ao ano anterior, a serem destinadas a investimentos. O montante é limitado a 6,5% do excesso de 2021 - o equivalente a R\$ 23 bilhões. Somados aos R\$ 175 bilhões do Bolsa Família, o estouro do teto será de R\$ 198 bilhões.

Apesar das controvérsias em relação à PEC, há confiança em um consenso. "O mais importante é que a gente tem de ter, até o plenário do Senado, uma convergência com os líderes da Câmara dos Deputados, porque não teríamos tempo pra fazer pingue-pongue. Então, temos de acertar um texto com a maior convergência possível, que seja aprovado no plenário do Senado para que possa também ser aprovado no plenário da Câmara", disse o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Para o vice-presidente do PT, deputado federal José Guimarães (PT-CE), a negociação na Câmara está "bem pavimentada". Segundo ele, é necessário, também, encaminhar as discussões sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que aguarda apreciação no Congresso.

Saiba mais

Redução do valor

A estratégia acertada pela equipe de transição com o senador Marcelo Castro é negociar a PEC durante a tramitação no Senado para um patamar de R\$ 150 bilhões em despesas fora do teto, mas há pressão no Congresso para reduzir esse valor ainda mais.

Para o coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, Manoel Pires, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva está pedindo "bastante" ao Parlamento. "De certa forma, vai abrir um espaço fiscal grande nos próximos anos e tirar um pouco o poder do Congresso na definição do Orçamento, no sentido de que o governo não vai mais recorrer aos parlamentares o tempo inteiro para fazer uma PEC sempre que ele precisar fazer uma mudança orçamentária", argumentou Pires.

Para ele, as negociações deverão chegar a um valor em torno de R\$ 130 bilhões, o que seria suficiente para ter um Orçamento "direito", mantendo a despesa primária constante em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) ou com ligeira queda, o que ajudaria na política de juros do Banco Central.

Sem regras fiscais

Veja o que a PEC propõe que fique fora do teto de gastos » R\$ 105 bilhões, já previstos no Orçamento de 2023 para serem destinados ao Bolsa Família, mas que contempla pagamento de R\$ 400, não de R\$ 600.

» R\$ 70 bilhões, a serem abertos no Orçamento para pagar o Bolsa Família de R\$ 600 mais um adicional de R\$ 150 por criança até 6 anos.

» R\$ 23 bilhões para investimentos, que poderão ficar fora do teto se houver excesso de arrecadação extraordinária (receitas não esperadas).

» Despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas por recursos de doações.

» Despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas.

Difícilmente uma matéria entra no Congresso e sai da mesma maneira que entrou. Claro que nós estamos esperando que essa PEC sofrerá modificações até a gente chegar a um consenso" Marcelo Castro (MDB-PI), senador e relator do Orçamento de 2023

Pacheco quer votar quinquênio



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), incluiu na pauta da sessão de amanhã a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 63/13, que prevê novamente o quinquênio, um aumento automático de 5% nos vencimentos salariais de juízes a cada cinco anos. De acordo com o texto, os integrantes do Judiciário federal e do Ministério Público podem receber até sete aumentos salariais.

O benefício foi restabelecido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) para parte dos magistrados federais, no último dia 16 - estava suspenso desde 2006. Responsável por julgar a demanda, o órgão é um colegiado formado em parte por integrantes da própria Justiça Federal. Compõem o colegiado ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e desembargadores federais.

Pacheco tinha sinalizado que poderia colocar a PEC em votação e defendeu o apoio à pauta. Segundo o senador, o resgate do penduricalho é importante para a "valorização" da carreira da magistratura e para compensar "privações", como não poder ter outro emprego.

"É importante para ter uma carreira estimulada e profissionais independentes", afirmou. De acordo com o presidente do Senado, que se dispôs até mesmo a relatar a proposta, a extensão do quinquênio para aposentados e pensionistas da magistratura precisa ainda ser discutida no Congresso.

Impacto

O pagamento do quinquênio, porém, pode ser restabelecido com pagamento retroativo de 16 anos de suspensão e com correção pela **inflação**. O CNJ afirma não ter a estimativa do impacto financeiro da decisão. São contemplados apenas integrantes da Justiça Federal - Ministério Público, Justiça do

Trabalho e Justiças Estaduais estão de fora da benesse. Segundo projeção do consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos, um juiz empossado em 1995, por exemplo, poderá receber mais de R\$ 2 milhões em atrasados.

O adicional por tempo de serviço (ATS) e uma série de vantagens que ficavam de fora do teto foram eliminados pelo CNJ. Na época, o vencimento da magistratura fora limitado a R\$ 21 mil, equivalentes ao que recebiam os ministros do Supremo Tribunal Federal. Hoje, o teto é de R\$ 39,3 mil e, se aprovado no Congresso o reajuste de 18% - pedido pelo ex-presidente do STF, ministro Luiz Fux, em café da manhã com lideranças da Câmara dos Deputados, em 29 de junho passado - chegará a R\$ 46,3 mil.

O CJF atendeu a um pedido da Associação dos Juizes Federais (Ajufe). A entidade argumenta que o adicional não podia ter sido cancelado para juizes que tivessem o alegado direito adquirido antes da decisão do CNJ. A entidade usou como base precedente do STF que beneficiou servidores e considerou que o bônus deveria continuar a valer para aqueles que já o recebiam.

Segundo a Ajufe, o pedido "teve por base o entendimento do STF de que todos os juizes brasileiros devem ter igual tratamento". "Por esse entendimento, ficam assegurados aos juizes federais todos os direitos garantidos aos magistrados da Justiça Estadual, assim como o contrário", diz a associação.

Hora e a vez da âncora previdenciária - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O grande drama da nossa gestão macroeconômica desde 2016 foi termos aprovado a emenda constitucional do teto dos gastos (ou seja, a EC-95 daquele ano), acreditando que fixar um limite para o aumento dos gastos públicos igual à inflação decorrida seria estabelecer a melhor âncora fiscal possível para o País. Especialmente com o PIB evoluindo a taxas positivas, qualquer crescimento de receita produziria, com o teto operando, saldos fiscais positivos e até crescentes, permitindo a redução da razão dívida pública/PIB entre outros resultados favoráveis do ponto de vista macroeconômico.

Só que, desde a sua criação, o teto praticamente não foi cumprido em qualquer exercício, porque seus criadores se esqueceram de ver que, como a estrutura dos gastos da União é extremamente rígida em face da forte concentração da pauta em gastos obrigatórios (isto é, obrigados explícita ou implicitamente pela legislação respectiva a evoluir a uma taxa quase sempre superior à inflação), só por milagre o teto seria obedecido em uma primeira instância. Além disso, não foi percebido que, já na largada, a apuração do teto estava desgarrada daquele que seria o principal instrumento de apoio à sua viabilização. Tratava-se da aprovação de outra emenda que há algum tempo se discutia, dessa feita concentrada no ajuste das regras previdenciárias, e, mais importante que isso, contendo a exigência de se promover o equacionamento do problema previdenciário brasileiro (ou seja, a zeragem dos déficits financeiros e atuariais de todos os regimes previdenciários públicos), algo que até hoje não foi bem percebido pelos que atuam na área, emenda essa que, contudo, só seria aprovada três anos depois, no final de 2019 (EC-103). Com o auxílio da aplicação dessa última medida, uma parte mais otimista dos que acompanham o assunto esperava que a regra do teto tivesse um futuro mais promissor em termos dos efeitos desejados para a sua aplicação.

A propósito, os dados mais recentes mostram, primeiro, que o gasto obrigatório total alcançou em 2021 a marca de 96,9% do gasto total, ante o valor bem menos expressivo observado três décadas antes (1987), isto é, 66,3%. Para os dois itens de maior peso no total, previdência e assistência social, as marcas são, respectivamente, 51,8 e 16,4% do total em 2021,

ante 19,2 e 9,1% do total em 1987. No primeiro caso, houve o crescimento de não menos que 169,8% na participação percentual de 2021 contra 1987. Já no segundo, o crescimento foi de 80,2%. Ou seja, por uma questão de obrigatoriedade legal difícil politicamente de ajustar nas condições vigentes nos regimes previdenciários, verificou-se um elevado crescimento nas participações percentuais respectivas. No tocante à assistência, percebe-se uma clara explicitação da prioridade a esse setor, em face das enormes carências da população brasileira.

Em resumo, deve-se dizer que, desde que foi aprovado, diante de mais e mais gastos a implementar sem conseguir compensá-los por ajuste dos restantes, mesmo com a ajuda da implementação da EC-103, ainda não foi possível cumprir o teto de gastos previsto na EC 95, em que pese as pressões variadas em favor de sua introdução, fosse de macroeconomistas, de representantes dos mercados financeiros ou quem não... Em face disso, o governo foi levado a aprovar novas emendas perdoando-o de cada não cumprimento. Foi-se a âncora, e não faltam reclamações, especialmente as oriundas dos mercados financeiros para que se retome esse esforço.

Isso é algo que vem colocando o Executivo em uma situação bastante desconfortável em suas tratativas com o Congresso, pois este, em troca do apoio às PEC por aquelas apresentadas, vem exigindo valores adicionais cada vez mais expressivos para destinar obrigatoriamente a verbas de seu interesse (isto é, dos parlamentares-líderes, mercedoras ou não de apoio), especialmente durante a aprovação da proposta orçamentária anual.

Enquanto discute com Deus e o mundo a nova regra definitiva que tentará aprovar no Congresso para valer a partir de 2024 (ou seja, o substituto para o velho teto...), o governo que entra faz entretimentos mais do mesmo, ou seja, está negociando com o Congresso mais uma emenda constitucional que lhe conceda o perdão pela iminente violação do teto em 2023 (por o gasto total crescer bem mais, como antes, do que a regra do teto permitiria), e que lhe autorize, em adição, a ampliar programas e regras que lhe parecem fundamentais, como a de assegurar um Bolsa Família de 600 reais mais 150 reais por criança, entre outras medidas prometidas na campanha eleitoral.

Quanto à regra definitiva, se a regra do teto for mantida, será preciso considerar a introdução de ajustes, como a exclusão dos investimentos no cálculo respectivo em uma certa medida a ser definida. Além disso, usar o conceito de déficit previdenciário e não de gasto. E, finalmente, excluir do cômputo os gastos financiados com receita diretamente arrecadadas pelos órgãos. Afora isso, fazer um esforço de equacionamento dos déficits financeiros e atuariais de todos os entes, como acima salientado.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Hora e a vez da âncora previdenciária

Juros bancários nas alturas



Para pessoas físicas, o destaque de outubro foi para o cartão de crédito, cujas taxas tiveram alta de 5,2 pontos percentuais no mês, alcançando 95% ao ano

A taxa média de juros das concessões de crédito livre teve alta de 10 pontos percentuais nos últimos 12 meses e chegou a 42,4% ao ano em outubro. Trata-se do maior patamar desde novembro de 2017 (42,6% ao ano), ou seja, em quase cinco anos. No mês, o aumento foi de 1,7 ponto percentual, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). Nas novas contratações para empresas, o custo médio do crédito atingiu 23,5% ao ano, alta de 0,5 ponto percentual no mês e 4,6 pontos percentuais em 12 meses. Nas contratações com as famílias, o custo médio do crédito alcançou 56,6% ao ano, aumento de 2,6 pontos percentuais no mês e 13,4 pontos percentuais em 12 meses.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa para pessoas físicas ficou em 10,8% ao ano em outubro, variação positiva de 0,1 ponto percentual no mês e alta de 3,1 pontos percentuais em 12 meses. Para as empresas, a taxa subiu 0,4 ponto percentual no mês e caiu 1 ponto percentual em 12 meses, indo para 9,8% ao ano. Assim, a taxa média no crédito direcionado chegou a 10,6% ao ano, alta de 0,2 ponto percentual no mês e de 2,1 pontos percentuais em 12 meses.

SELIC A alta dos juros bancários médios ocorre em

um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Em março do ano passado, o BC iniciou um ciclo de aperto monetário, em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

A Selic é o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de **inflação**. Em outubro, a **inflação** subiu 0,59%, após três meses de deflação. Com o resultado, o IP-CA acumula alta de 4,7% no ano e 6,47% em 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para novembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que é a prévia da **inflação**, também teve aumento de 1,17%.

A entidade avalia que a alta na Selic tem sido repassada para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito e não descarta a possibilidade de novos aumentos caso a **inflação** não caia como o esperado. A elevação da taxa básica ajuda a controlar a **inflação** porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida.

CARTÃO DE CRÉDITO Para pessoas físicas, o destaque do mês foi para o cartão de crédito, cujas taxas tiveram alta de 5,2 pontos percentuais no mês e 30,4 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 95% ao ano. No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve alta de 8,8 pontos percentuais em outubro e aumento de 57,3 pontos percentuais em 12 meses, indo para 399,5% ao ano. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. Nesse caso do cartão parcelado, os juros caíram 1,1 ponto percentual no mês e subiram 11,9 pontos percentuais em 12 meses, para 184,5% ao ano.

No cheque especial, o aumento foi de 1,8 ponto percentual em outubro e de 4,3 pontos percentuais em 12 meses, indo para 132,5% ao ano. Já o crédito consignado teve elevação de 2,2 pontos percentuais no mês e 7,9 pontos percentuais em 12 meses (27,6%). E os juros do crédito pessoal não consignado subiram 1,9 ponto percentual no mês de outubro e variaram 0,1 ponto percentual para baixo em 12 meses (83,5% ao ano).

ALTA PROCURA Mesmo como a manutenção dos

juros em alta, em outubro, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 5,214 trilhões, com aumento de 1% em relação a setembro. O resultado refletiu, a redução de 0,1% no saldo das operações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas (R\$ 2,097 trilhões) e o aumento de 1,8% no de pessoas físicas (R\$ 3,117 trilhões).

Nas comparações com iguais períodos do ano anterior, o incremento no volume de crédito evidenciou desaceleração ao passar de 16,4% em setembro para 15,8% em outubro. Por segmento de crédito, o BC observou arrefecimento tanto no crescimento interanual do volume de crédito para empresas, que passou de 11,5% para 10,4%, quanto no destinado às famílias, 20,1% para 19,7%, na mesma ordem. O saldo do crédito correspondeu a 54,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que é a soma de todos os bens e serviços que o país produz.

O crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa) alcançou R\$ 14,568 trilhões, crescendo 1,5% no mês e 10,8% em 12 meses.

ENDIVIDAMENTO De acordo com o BC, a inadimplência (considerados atrasos acima de 90 dias) tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações, e registrou 3% em outubro. Nas operações de crédito livre para pessoas físicas, está em 5,9% e para pessoas jurídicas em 2%. O endividamento das famílias, relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses, ficou em 49,9 em setembro, nível que reflete o aumento das concessões de empréstimos. Houve estabilidade no mês e alta de 2,4% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, ficou em 31,7% no mês de setembro.

Já o comprometimento da renda, relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período ficou em 28,7% em setembro, crescimento de 1% no mês e 3,3% em 12 meses, recorde da série iniciada em janeiro de 2005. Para esses últimos dados, há uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central depende de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/11/2022/p1>

Inadimplência atinge nível mais alto em quase quatro anos

A inadimplência em recursos livres no Brasil avançou em outubro para o nível mais alto em quase quatro anos, segundo o Banco Central, em meio ao alto custo dos empréstimos após o agressivo ciclo de alta dos juros.

A inadimplência em recursos livres, em que os bancos têm autonomia para definir taxas de juros, aumentou de 4,10% em setembro para 4,20% em outubro, chegando ao maior patamar desde agosto de 2018.

Ao mesmo tempo, o spread bancário no mesmo segmento ficou em 30,3%, ante 28,6% registrados em setembro.

O BC fez um alerta recentemente sobre riscos à estabilidade financeira do país em um eventual cenário de elevação de gastos públicos e incerteza sobre a trajetória de endividamento do governo, com impacto sobre prêmios de risco e expectativas de inflação.

Segundo o BC, a capacidade das pessoas físicas de pagar se deteriorou mesmo diante de indicadores melhores para a economia e o emprego.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

10

Mercado vê risco com PEC e volta a elevar projeção de inflação para 2023

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

Em meio às discussões do governo eleito sobre aumento de gastos no ano que vem via Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a expectativa para a alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - índice de **inflação** oficial - de 2023 subiu pela segunda semana seguida, ainda que marginalmente, segundo Boletim Focus do Banco Central (BC) divulgado ontem. A projeção para este ano também continuou em alta. A projeção para 2022 avançou de 5,88% para 5,91%. A previsão para 2023 subiu de 5,01% para 5,02%. Para 2024, a mediana permaneceu em 3,50%.

As medianas na Focus para a **inflação** oficial em 2022 e 2023 estão acima do teto da meta para esses horizontes (de 5% e 4,75%, nessa ordem), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central. Para 2024, a projeção do mercado está acima do alvo central de 3%, mas aquém do limite superior de 4,50%.

Atualmente, o foco da política monetária (ou seja, do controle da **inflação**) está nos anos de 2023 e de 2024. Mas o BC tem dado ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente, atualmente o segundo trimestre de 2024. Na Focus, a previsão para 2025 permaneceu em 3%, percentual igual ao de 72 semanas atrás. A meta para o ano é de 3%, com intervalo de 1,5% a 4,5%.

Na reunião de outubro do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 5,8% em 2022, 4,8% em 2023 e 2,9% para 2024. O colegiado manteve a taxa básica de juro, a Selic, em 13,75% ao ano pela segunda vez seguida.

JURO.

Conforme o Boletim Focus divulgado ontem, o mercado financeiro manteve as projeções para a taxa Selic no fim de 2022 e 2023, mas elevou a estimativa para o término de 2024 em meio aos temores com a expansão fiscal planejada pelo governo eleito a partir do ano que vem.

Para o fim deste ano, o mercado ainda espera 13,75% ao ano (pela 23.^a semana), com expectativa de nova

manutenção na decisão do Copom de dezembro.

No final de 2023, a estimativa foi mantida em 11,50%. Mas, para 2024, houve avanço de 8% para 8,25%.

Na reunião de outubro, ao manter a taxa Selic em 13,75% ao ano, o Copom voltou a indicar a estabilidade da Selic nesse patamar por "período suficientemente prolongado".

Mas também manteve o alerta de que, caso a desinflação não ocorra como o esperado, os juros podem voltar a subir.

O ciclo da Selic voltou à discussão devido aos planos de aumento de gastos do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na curva de juros, já há uma precificação de alta e, em eventos recentes, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que, se houver percepção de que o fiscal vai atrapalhar a convergência da **inflação**, a autoridade monetária vai reagir. No questionário pré-Copom de dezembro, o BC perguntou aos analistas se consideram gastos além do teto em 2023 e 2024.

Os dois anos fazem parte do horizonte relevante de política monetária com o mesmo peso atualmente. Considerando a ênfase do BC ao horizonte de seis trimestres à frente, atualmente o segundo trimestre de 2024, o Boletim Focus manteve a previsão para a Selic no fim de 2025 em 8%.

PIB.

O Boletim Focus divulgado ontem também mostrou nova alta no cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, ainda que marginal, mas estabilidade na projeção para 2023.

A mediana para a alta do **PIB** em 2022 subiu de 2,80% para 2,81%. Já a estimativa para a expansão do **PIB** em 2023 continuou em 0,70% ante 0,64% um mês antes.

O Relatório Focus ainda mostrou manutenção na projeção para o crescimento do **PIB** em 2024, em 1,70%. Para 2025, a mediana foi mantida em 2%.

Sem trégua

4,75% é o teto da meta da **inflação** definido pelo Banco Central para 2023. Se confirmada a projeção do Boletim Focus divulgada ontem, serão três anos seguidos de descumprimento do mandato principal do BC

11,50% é o esperado para a taxa básica de juro, a Selic, no final do ano que vem (atualmente, está em 13,75%, e se espera que termine 2022 nesse nível).

Para 2024, a projeção subiu de 8% para 8,25%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novo ministro da Fazenda precisará ter tarimba política (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Famílias já destinam quase 30% da renda para pagar dívidas

GLAUCE CAVALCANTI EGERALDADOCA
economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>